



**Relatório de Avaliação do
Período Experimental de
Cinco Anos do Regime
Fundacional**

Setembro 2015

Índice

| | | |
|-----|--|----|
| I | Sumário Executivo | 5 |
| II | Introdução | 9 |
| III | Análise Global do Estatuto Fundacional | 11 |
| IV | Contrato Programa | 16 |
| V | Mudanças Estruturais na Investigação e na Transferência de Conhecimento | 21 |
| VI | Conclusões e Sugestões de Melhoria para a Revisão do Estatuto das Fundações Universitárias Públicas | 23 |
| VII | Anexos | 25 |

I Sumário Executivo

O ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa foi instituído como Fundação Pública com regime de Direito Privado pelo Decreto-Lei n.º 95/2009 de 27 de abril. O quadro legal que instituiu o novo regime jurídico previa a sua avaliação ao fim de cinco anos. É esse o objeto deste relatório.

O modelo jurídico do Regime Fundacional visava conferir às universidades maior autonomia, flexibilidade de gestão e também potenciar maior eficiência e eficácia no governo das instituições que o adotaram.

No caso específico do ISCTE-IUL, o novo modelo tinha ainda como objetivo, facilitar a incorporação de um conjunto de entidades privadas de natureza associativa que gravitavam em torno do ISCTE e que exerciam tarefas de investigação e de transferência de conhecimento.

A passagem ao regime fundacional está consubstanciada num Contrato Programa que previa os investimentos, do Estado e do ISCTE-IUL abaixo indicados em quatro eixos.

| | Previsto Estado | Realizado Estado | Previsto ISCTE-IUL | Realizado ISCTE-IUL |
|---|-----------------|------------------|--------------------|---------------------|
| A. Reforço das infraestruturas e equipamentos científicos e de ensino | 3,8M€ | 0 | 1,5M€ | 5,8M€ |
| B. Reforço de meios humanos qualificados no ensino e na investigação | 5,7 M€ | 0 | 5,5M€ | 5,8M€ |
| C. Desenvolvimento da estrutura de gestão | 3M€ | 0 | 1M€ | 2,4M€ |
| D. Apoio aos estudantes através da criação dos serviços de ação social e ampliação das suas valências | | | | |
| TOTAL | 12,5 M€ | 0 | 8 M€ | 14M€ |

Os governos não realizaram qualquer investimento dos montantes contratualizados no Plano de Desenvolvimento Estratégico. No entanto, o ISCTE-IUL ultrapassou em muito o investimento previsto, como a tabela acima ilustra.

Os eixos acima mencionados, em que se estruturava o Contrato Programa, seriam medidos através de uma série de indicadores e metas estabelecidas no mesmo Contrato. Das 14 metas definidas 10 foram ultrapassadas e 4 não foram totalmente

concretizadas. A não concretização plena dessas 4 metas, deveu-se, em grande parte, a fatores externos ao ISCTE-IUL, ligados à diminuição do financiamento às instituições de ensino superior e à investigação.

Os oito centros de investigação de direito privado que existiam em 31/12/2009 foram integrados no ISCTE-IUL. As restantes entidades privadas se participação do ISCTE-IUL que existiam, ou já encerraram atividade, ou encontram-se em fase de extinção. A assunção de compromissos no âmbito de financiamentos de projetos de investigação impediu a extinção legal de alguns dos centros, que se manterão ativos apenas até à data de conclusão do último compromisso assumido que é maio de 2015.

Neste período a produção científica do ISCTE-IUL quase quadruplicou, como se pode ver na tabela abaixo. Os artigos científicos indexados na Scopus publicados por docentes e investigadores do ISCTE-IUL passaram de 393 (período de 2003 a 2007) para 1404 (período de 2009 a 2013), um aumento de mais de três vezes e meia, tendo sido a segunda instituição do top 20 português do Scimago Institutions Rankings (SIR) que mais aumentou essa publicação.

Por outro lado, os oito centros privados de prestação de serviços constituídos maioritariamente por professores do ISCTE-IUL foram extintos, tendo sido criadas duas entidades participadas - A IUL Global dedicada à atividade de consultoria e o IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, dedicado à formação para o sector público e o terceiro sector - e integrado no ISCTE-IUL, o Centro de Empreendedorismo Audax.

Em termos globais, a evolução do ISCTE-IUL neste período é francamente positiva, apesar da situação externa adversa dos últimos cinco anos. Esta situação de contexto teve reflexos não só na diminuição drástica do financiamento público para as universidades, como na forte diminuição dos recursos das famílias e das organizações afetos à educação. Mesmo assim, a instituição não só resistiu, como cresceu e melhorou na quase totalidade dos parâmetros das suas atividades de ensino, investigação e transferência de conhecimento.

| | Plano estratégico criação da Fundação | 2014 |
|---|---|---------------------|
| Receitas próprias (incluindo PIDDAC, FCT, Financiamentos europeus e receitas próprias) | 11.260.261€ | 22.286.549 € |
| Proveitos/Orçamento Consolidado | 50% | 59% |
| Número de alunos | 6980 | 8944 |
| % de Alunos em formação pós-graduada | 44% | 52% |
| % Estudantes estrangeiros | 6% | 17% |
| % Docentes doutorados (ETI) | 74% | 89% |
| % de Funcionários CIT (contrato individual de trabalho) | 0 | 54% |
| % Funcionários com formação superior | 45% | 55% |
| Artigos científicos publicados por docentes e investigadores do ISCTE-IUL (indexados na Scopus) | 393 (2003-2007) | 1404 (2009-2013) |

Em geral, o regime fundacional revelou-se muito benéfico para a gestão das instituições, apesar das restrições sucessivas a que foi sujeito nos últimos anos. No âmbito da autonomia da fundação universitária pública, e no sentido de maior flexibilidade na gestão das universidades, seria necessário proceder a algumas alterações nas regras próprias da administração pública, nomeadamente:

- a) As fundações universitárias públicas deixarem de ser consideradas entidades públicas reclassificadas, sendo retiradas do perímetro orçamental do Estado;
- b) Voltar a ser possível a gestão plurianual;
- c) Não aplicação do código dos contratos públicos à aquisição de bens e serviços e empreitadas, nas verbas angariadas como receita própria;
- d) Dispensa da obediência ao princípio da unidade de tesouraria, permitindo fazer aplicações financeiras de acordo com as melhores ofertas do mercado;
- e) Dispensa da obrigatoriedade do princípio do equilíbrio orçamental, o que permite que a despesa num dado ano económico possa ser superior ou inferior à receita cobrada;
- f) Prestação de contas única e exclusivamente com base na contabilidade patrimonial;
- g) Possibilidade de dispor, sem qualquer restrição, dos resultados das suas contas anuais (possibilidade de utilização de saldos).

No âmbito da gestão de pessoal propõe-se:

- a) Clarificação das regras e princípios da Administração Pública aplicáveis à gestão de pessoal, distanciando-nos de procedimentos administrativos processuais morosos que têm como consequência a burocratização da gestão de pessoal, nomeadamente no que ao recrutamento diz respeito;
- b) Flexibilização das regras de contratação de pessoal não docente que permitam atrair e reter talento;
- c) Possibilidade de proceder à contratação em regime de direito privado de pessoal docente sem as restrições do ECDU nomeadamente em relação à distribuição de serviço letivo e liberdade de criação de perfis de pessoal próprios;
- d) Possibilidade de premiar o mérito com critérios rigorosos na sequência dos processos de avaliação de desempenho;
- e) Criação de regras e normas que facilitem a contratação, por curtos períodos de tempo, de pessoal docente estrangeiro.

Em ambas as vertentes se propõe, de uma forma global, uma maior autonomia na gestão universitária seguida de controlo à posteriori, sobre os resultados obtidos.

II Introdução

Embora o decreto-lei que instituiu a Fundação ISCTE-IUL seja de 27 de abril de 2009, a assinatura do Contrato Programa entre o Governo e o ISCTE-IUL, assim como a nomeação do Conselho de Curadores, apenas ocorreram em setembro desse mesmo ano, pelo que os dados que agora se reportam dizem respeito aos cinco anos completos seguintes – 2010/11/12/13/14 (31 Dez 2009 a 31 Dez 2014).

A passagem a Regime Fundacional teve em consideração o Plano de Desenvolvimento Estratégico, que suportou a proposta apresentada ao governo, bem como o Contrato Programa assinado com o governo em setembro de 2009. Este relatório leva também em consideração as sucessivas restrições de que foi objeto o Regime Fundacional, nestes cinco anos de vigência.

Pensamos que só um quadro comparativo geral, com os dados de partida a 31/12/09, poderá fornecer uma visão integrada do que foram as transformações operadas na instituição no decorrer deste quinquénio. Contudo, serão destacadas as que derivam diretamente das possibilidades criadas pelo Regime Fundacional.

O Relatório encontra-se estruturado da seguinte forma:

Numa primeira secção faz-se uma apreciação geral do modelo fundacional, tanto nos seus aspetos positivos, como nas suas limitações. No que diz respeito às limitações, apresenta-se ainda um breve levantamento daquelas que decorrem da legislação inicial, bem como das que foram sendo impostas, a posteriori, por outra legislação geral publicada sobre a Administração Pública.

No ponto seguinte do Relatório faz-se um balanço específico da concretização das metas do Contrato Programa por parte do ISCTE-IUL e por parte da tutela. Nenhum dos governos em funções, nesse período, cumpriu os compromissos fixados. Todavia, o ISCTE-IUL ultrapassou largamente os compromissos aí assumidos, particularmente na componente de investimento com receitas próprias.

A terceira secção do Relatório debruça-se sobre uma dimensão muito particular do ISCTE-IUL, mencionada no preâmbulo do decreto-lei que instituiu a Fundação, relacionada com a especificidade organizativa do Instituto, no momento da sua adesão ao Regime Fundacional. Aí destacam-se as mudanças estruturais que foram efetuadas nas áreas da investigação e da transferência de conhecimento. De facto, o Regime Fundacional permitiu resolver um problema crítico na nossa estrutura

anterior – o fim da pulverização que existia nessas áreas, a sua integração orgânica e o seu alinhamento com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Instituto.

Na quarta secção apresenta-se uma breve conclusão sobre a experiência destes cinco anos e elencam-se algumas sugestões para melhoria do atual regime legal das instituições universitárias fundacionais.

Finalmente, anexa-se ao relatório um conjunto de indicadores sobre o desenvolvimento do ISCTE-IUL ao longo deste período experimental de cinco anos. Uma parte destes indicadores está diretamente relacionada com as possibilidades criadas pelo Regime Fundacional, decorrendo os outros da evolução da própria instituição, a qual, na nossa opinião, foi também potencializada por aquele regime.

Em síntese, fica evidente que a evolução geral do ISCTE-IUL nos últimos cinco anos foi francamente positiva, apesar da situação externa adversa, tanto pelos efeitos diretos da crise económica nas empresas e famílias como pela diminuição do financiamento público e também da concorrência acrescida a nível nacional e internacional.

III Análise Global do Estatuto Fundacional

Neste ponto apresenta-se uma apreciação sumária das virtualidades e limitações que o Regime Fundacional encerra, tendo em consideração a experiência da sua aplicação ao longo de cinco anos. Não se fará uma análise de natureza jurídica, realçando-se, isso sim, os seus aspetos positivos e as suas limitações na prática concreta da gestão da universidade. A limitação de alguns desses parâmetros era visível à partida, sendo que o período experimental que agora terminou, possibilita uma leitura mais realista, que permitirá aprofundar e melhorar substancialmente a sua evolução.

Antes mesmo de entrarmos numa análise deste período experimental, é de realçar os seguintes aspetos:

- a) Como acontece com qualquer inovação legislativa, a sua transposição para a prática quotidiana requer tempo e é realizada com alguma experimentação do novo enquadramento legal.

Esta experimentação é bem visível nos diferentes regulamentos que foi necessário criar e que, seguramente, variarão entre as três universidades que aderiram a este regime – ISCTE-IUL, Universidade do Porto e Universidade de Aveiro. Uma análise comparativa dessa regulamentação será, por isso, uma tarefa que ajudará a recolher as melhores práticas de cada instituição e permitirá melhorar o futuro enquadramento legal.

- b) Um outro aspeto a considerar são as limitações que, por via da situação económica e pela prática da tutela, foram sendo introduzidas no Estatuto inicial. Essas limitações e constrangimentos são objeto de análise em ponto autónomo deste relatório.

- c) Finalmente, é de assinalar o ambiente negativo criado à volta do Estatuto Fundacional ao longo destes cinco anos.

Desde logo, a suspeição generalizada sobre as Fundações, provocada pelo atual governo, a partir da legislação entretanto aprovada para este setor, ao não discriminar, à partida, os diferentes tipos de Fundações e a má imagem que foi projetada sobre todas as fundções. Os maus exemplos que era necessário controlar passaram a contaminar todas as Fundações, quaisquer que fossem os seus tipos ou as suas práticas.

No caso concreto das Fundações Universitárias Públicas, este ambiente de desconfiança agudiza-se pela postura do governo (que só recentemente se

alterou) ao sinalizar que o Regime Fundacional Universitário era para extinguir, sem que qualquer avaliação intercalar fosse efetuada e sem respeitar a própria lei que previa a sua avaliação ao fim do período experimental de cinco anos.

Esta experiência foi assim sujeita a dois tipos de pressões. A pressão natural daqueles que, por motivos ideológicos, eram à partida contra o modelo, invocando que este sinalizava a vontade de privatização do ensino superior; a pressão governamental que, por razões políticas, era contra o Regime Fundacional, em geral, e desde o início do mandato ameaçou com a sua extinção.

Apesar de tudo isto, as três instituições universitárias fizeram o seu caminho com resultados globalmente positivos e outras, como é o caso da Universidade do Minho e da Universidade Nova de Lisboa, propuseram-se obter, ou aprovaram nos seus Planos Estratégicos, a adesão a este estatuto. O próprio governo, como se referiu anteriormente, desistiu da ideia de extinguir o Regime Fundacional Universitário.

Esperamos, por isso, que a avaliação que agora está a ser levada a cabo, pelo ISCTE-IUL, a Universidade do Porto e a Universidade de Aveiro, contribua não só para a manutenção desta experiência inovadora experimentada em Portugal, a exemplo de vários outros países, mas, sobretudo, que se retirem desta avaliação ideias para aperfeiçoar este modelo de gestão da Universidade Pública.

Virtualidades do Modelo Fundacional

O setor do Ensino Universitário conheceu, nos últimos anos, alterações até há pouco impensáveis. Uma economia baseada no conhecimento coloca desafios de tal ordem que só uma modificação radical no funcionamento das universidades permitirá ultrapassar. Este setor é hoje um dos mais internacionalizados e competitivos da economia. As universidades têm hoje de educar um número cada vez maior de pessoas (e não só jovens), têm de competir por recursos, estudantes, professores e investigadores a nível global e têm ainda de ser fonte permanente de inovação e de transferência de conhecimento para as empresas, instituições e sociedade em geral.

O caso português é particularmente difícil, pela falta evidente de recursos públicos e privados para o ensino e investigação, mas, também, pela escassez de jovens estudantes, pelo nível baixo de escolaridade da população menos jovem e pela falta de ligação das empresas às universidades.

Neste contexto, pensar que as Universidades Públicas podem ser geridas de forma eficaz e serem competitivas no quadro das regras estritas da Administração Pública, como uma qualquer Direção Geral, ou mesmo um Instituto Público, não sujeitos a este nível de concorrência, revela não só desconhecimento e eventual preconceito contra a autonomia universitária, como total falta de aderência à realidade concreta vivida neste setor.

O Regime Fundacional foi uma resposta possível, embora tímida, a estes novos desafios, mantendo inequivocamente o caráter público das universidades, mas procurando agilizar os processos da sua gestão ao permitir o recurso ao direito privado nessa componente.

Apesar das suas limitações, que adiante descrevemos, são de salientar os seguintes aspetos positivos face ao enquadramento legal até aí existente:

a) Autonomia e Responsabilização Institucional

A existência de um Conselho de Curadores, que assume algumas das funções até aí concentradas na tutela, é um dos aspetos estruturantes deste novo modelo. É de realçar, desde logo, a própria forma de constituição do Conselho de Curadores. A fórmula encontrada concilia a autonomia e a iniciativa da universidade com a manutenção do controlo por parte do governo. A universidade é livre de propor as cinco personalidades que constituem o Conselho, mantendo o governo o direito de proceder, ou não, à sua homologação. Este mecanismo não retira a autonomia à universidade, mas obriga os seus órgãos a terem especial cuidado com a qualidade dos Curadores, que indicam para nomeação da tutela. Ao inverso, o governo sente-se livre para não proceder à homologação se as personalidades propostas não forem reconhecidamente qualificadas e idóneas, mas terá de fundamentar muito bem o que recusa.

O Conselho de Curadores incorpora uma delegação de autonomia relevante, que anteriormente era da competência exclusiva do governo.

Salientam-se as seguintes funções do Conselho de Curadores:

- Proceder à homologação da eleição do Reitor;
- Tem o poder de decisão sobre aquisição ou alienação do património;
- Autoriza ou recusa os pedidos de empréstimo, dentro dos limites consagrados na lei das fundações universitárias;
- Aprova os planos de desenvolvimento estratégico da instituição, bem como os orçamentos e contas, e tem o poder de nomear e exonerar o Conselho de Gestão sob proposta do Reitor.

Ainda relacionado com a autonomia institucional, o regime possibilita a passagem do comum modelo de gestão anualizada, e dependente apenas do governo, para um modelo de gestão contratualizado por objetivos, ao contemplar a existência de um Contrato Programa negociado com a universidade para um período de cinco anos.

b) Autonomia de Gestão

No âmbito da gestão dos recursos humanos, é de destacar a possibilidade de o estatuto fundacional permitir a criação de carreiras próprias, embora em convergência com as carreiras da função pública, e a contratação em regime de direito privado e não apenas de função pública. É igualmente positiva, a permissão de contratar pessoal não docente sem ter que recorrer ao INA.

Quanto à gestão financeira, os aspetos mais positivos que o estatuto contemplava foram sendo limitados ou obrigados a desaparecer por força da legislação geral produzida em contexto de crise.

Foi retirada a possibilidade de gestão livre dos saldos, de estar fora do Código de Contratos Públicos, bem como outras restrições impostas por via da lei dos compromissos ou das regras de Execução Orçamental. As fundações universitárias tinham ficado, inicialmente, de fora do perímetro orçamental e acabaram por ser incluídas nele, com todas as consequências negativas que daí advieram em termos de flexibilidade e autonomia de gestão.

De todas as vantagens do estatuto fundacional neste domínio, a mais relevante que se manteve foi a isenção de cativações em sede de Orçamento de Estado.

A autonomia na gestão de património, sem intervenção das Finanças e da tutela, é também claramente uma vantagem do estatuto fundacional e, no caso do ISCTE-IUL, revelou-se uma forte mais-valia, como adiante se verificará. A possibilidade de recurso a crédito, nas condições estabelecidas no artigo 7º do Decreto-Lei nº. 95/2009, é também um aspeto da flexibilidade de gestão deste regime.

Limitações do Regime Fundacional

Nesta dimensão de análise podemos distinguir dois níveis. O primeiro são as limitações inerentes ao próprio modelo. O segundo corresponde à degradação das qualidades do modelo, pelas várias alterações legislativas que ocorreram neste período de cinco anos e que mudaram, em muito, os pressupostos legais que presidiram à elaboração do Regime Fundacional.

a) Limitações inerentes ao próprio modelo

No primeiro nível, destaca-se a ambivalência notória de todo o articulado jurídico, ao não assumir, mais claramente, uma diferenciação face ao RJIES e ao ECDU. Aliás, o facto destes dois diplomas legais serem imediatamente anteriores condiciona muito a afirmação clara de uma maior autonomia, face à legislação geral do ensino superior.

Esta ambivalência entre os dois regimes – totalmente público e público/privado – tem sido fonte de tensão e disputa de clarificação legal, nem sempre fáceis de ultrapassar na prática. Este será um aspeto a ter em conta, em futura revisão do Regime Fundacional, principalmente na definição clara dos poderes dos vários órgãos de governo da instituição.

Outra limitação importante no atual quadro legislativo é não existir uma clara distinção entre o que é receita própria e receita pública, com a inerente diferença de regras na sua gestão.

Enquanto as Universidades não puderem gerir livremente toda a sua receita própria, sem os constrangimentos burocráticos da administração pública, será quase impossível fazer uma gestão eficaz no quadro do contexto altamente competitivo em que as universidades atualmente operam.

O mesmo se diga quanto às limitações ainda existentes na gestão dos recursos humanos (particularmente docentes), que na prática são quase idênticas aos das universidades não fundações.

b) Limitações introduzidas por legislação posterior

No segundo nível de análise, as principais limitações introduzidas por legislação posterior podem resumir-se nos seguintes pontos:

- Sujeição ao código dos Contratos Públicos;
- Integração no perímetro do Estado, o que modificou, nomeadamente, as aquisições de fundos e alterações orçamentais;
- Modificações profundas no regime simplificado de controlo e execução orçamental;
- Perda de autonomia de gestão dos saldos e obrigatoriedade da regra de equilíbrio orçamental;
- Modificação do modelo de apresentação de contas, voltando em boa parte ao modelo público.

IV Contrato Programa

O Contrato Programa assinado pelo Reitor do ISCTE-IUL e pelos Ministros das Finanças e do Ensino Superior tinha como base um Plano de Desenvolvimento Estratégico a cinco anos, com objetivos claramente assumidos e quantificados.

Nesse Contrato Programa, o ISCTE-IUL comprometia-se com um esforço de investimento de oito (8) milhões de euros, investindo o Estado nesse mesmo período doze milhões e quinhentos mil (12,500) euros, para além das despesas de funcionamento financiadas de forma idêntica às das outras universidades públicas.

Quadro 1. Compromisso contratual

| | Previsto Estado | Realizado Estado | Previsto ISCTE-IUL | Realizado ISCTE-IUL |
|---|-----------------|------------------|--------------------|---------------------|
| A. Reforço das infraestruturas e equipamentos, científicos e de ensino | 3,8M€ | 0 | 1,5M€ | 5,8M€ |
| B. Reforço de meios humanos qualificados no ensino e na investigação | 5,7 M€ | 0 | 5,5M€ | 5,8M€ |
| C. Desenvolvimento da estrutura de gestão | 3M€ | 0 | 1M€ | 2,4M€ |
| D. Apoio aos estudantes através da criação dos serviços de ação social e ampliação das suas valências | | | | |
| TOTAL | 12,5 M€ | 0 | 8 M€ | 14M€ |

Nestes cinco anos os governos não realizaram qualquer investimento dos montantes contratualizados no Plano de Desenvolvimento Estratégico. No entanto, o ISCTE-IUL ultrapassou largamente o investimento previsto. Analisemos os eixos em que se estruturava o Contrato Programa e os resultados globais obtidos, somente com o investimento próprio do ISCTE-IUL.

Relativamente ao eixo A, as infraestruturas do campus encontravam-se muito desgastadas e constatavam-se necessidades várias por parte dos estudantes. Esta situação obrigou a um investimento do ISCTE-IUL no reforço das infraestruturas e equipamentos científicos e de ensino, ao longo deste quinquénio, no montante de 5,8 M€. Para esse investimento contou-se apenas com 1M€ de PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) ao

longo de 4 anos, tendo os remanescentes 4,8M€ provindo de receita própria do Instituto.

No que concerne ao eixo B, face ao contexto de incerteza de financiamento público e posteriores limitações impostas à contratação, o investimento em meios humanos qualificados para o ensino com receitas próprias do ISCTE-IUL foi restringido a 2,6M€, ao que acresceram 3,2M€ em “investigadores Ciência” contratados com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A produção científica do ISCTE-IUL aumentou consideravelmente neste período. Os artigos científicos indexados na Scopus publicados por docentes e investigadores do ISCTE-IUL passaram de 393 (período de 2003 a 2007) para 1404 (período de 2009 a 2013), um aumento de mais de três vezes e meia, tendo sido a segunda instituição do top 20 português do Scimago Institutions Rankings (SIR) que mais aumentou essa publicação.

O Regime Fundacional veio ainda permitir a celebração de contratos em regime de contrato individual de trabalho. A nível dos funcionários não docentes este aspeto representou uma vantagem significativa uma vez que permitiu um aumento do nível de qualificações (a percentagem de doutorados subiu 3%, a de mestres subiu 4% e a de licenciados 3%) e um rejuvenescimento dos quadros do ISCTE-IUL. A 31 de Dezembro de 2014, 54% dos funcionários não docentes possuíam um contrato de trabalho em regime de direito privado.

A nível do corpo docente, a possibilidade de contratação em regime de direito privado teve um impacto reduzido, sendo o número de docentes com este tipo de contrato a 31 de Dezembro de 2014 de apenas 2, dada a convergência com o regime legal público que está prevista na lei.

No caso dos eixos C e D, o investimento previsto pelo ISCTE-IUL foi largamente ultrapassado, dadas as necessidades sentidas de proporcionar melhores condições aos alunos. Assim, a qualidade de vida dos alunos no campus foi melhorada, através da criação dos serviços de ação social, da atribuição de bolsas de emergência e apoios institucionais e da reestruturação do campus, nomeadamente, com a construção/reabilitação da cantina, pavilhão polidesportivo, residência para estudantes e clínica médica.

Em dezembro de 2011 iniciou-se a aquisição da parcela de terreno onde está instalado o IMTT, na Avenida das Forças Armadas. A aquisição foi realizada através de contrato-promessa compra e venda com a ESTAMO - Participações Imobiliárias, S.A, a ser pago em 72 prestações mensais até 2017. O referido imóvel encontra-se arrendado ao IMTT- Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, I.P., passando o ISCTE-IUL a ser o arrendatário, recebendo as respetivas rendas. Está

previsto o pagamento integral deste imóvel até final de 2015 antecipando assim, em dois anos, o previsto no contrato de promessa de compra e venda.

Os valores envolvidos nesta aquisição são os seguintes:

| | |
|---|---|
| Valor Total Inicial - 10,2 M€ | Capital 10M€+juros estimados 1M€ |
| Valor efetivamente pago - 9,8 M€ | Liquidação total de juros e capital a 31/12/2015 |
| Custo efetivo para o ISCTE-IUL - 7,5M€ | Valor pago menos as rendas recebidas até dez 2015 |
| Valor Patrimonial nas finanças - 7,7 M€ | Caderneta predial |

A antecipação do pagamento do imóvel permitirá avançar em breve com o concurso público internacional para a construção de um novo edifício escolar. A concretizar-se este projeto nem o terreno nem a construção serão financiados com dinheiro público.

Esta aquisição é relevante sobretudo pelas oportunidades de expansão e de visibilidade, que permitem projetar o ISCTE-IUL no futuro. É uma aquisição que concretiza o objetivo mais difícil do Plano de Desenvolvimento Estratégico 2009-2014, que esteve na base do Contrato de Programa assinado com o governo no ato da passagem ao regime fundacional. Este objetivo era visto como quase impossível de alcançar e por isso foi apenas enunciado, mas nem sequer foi quantificado no contrato programa.

Os eixos mencionados na tabela anterior, em que se estruturava o Contrato Programa, seriam medidos através de uma série de indicadores e metas estabelecidas no mesmo contrato. Das 14 metas, 10 foram ultrapassadas e 4 não foram totalmente concretizadas. A não concretização plena dessas 4 metas deveu-se, em grande parte, a fatores externos ao ISCTE-IUL.

Destas metas é de salientar o significativo aumento da qualificação do corpo docente, o aumento da internacionalização dos docentes e investigadores, bem como do corpo discente, e o elevado incremento da receita própria, que, de 2009 para 2014, aumentou 97,9%.

Na tabela abaixo encontra-se um resumo destes indicadores, metas, pontos de partida e valores atingidos. Os dois únicos indicadores em que não se registaram melhorias estão associados em grande parte à diminuição de financiamento e às condições do mercado de trabalho.

| Indicador | Meta (2014) | Plano estratégico criação da Fundação | 2014 |
|---|--|---|---|
| 1. Reforçar o peso da formação pós-graduada | 50% de alunos inscritos em cursos de segundo e terceiro ciclos | 44% | 52% |
| 2. Aumentar a qualificação do corpo docente | 80% de doutorados (ETI) | 74% | 89% |
| 3. Aumentar a internacionalização dos corpos docentes e de Investigação | 10% de docentes e investigadores estrangeiros | 4% | 13,5% docentes e investigadores estrangeiros |
| 4. Reforçar a qualidade das unidades de investigação | 100% das unidades com avaliação excelente ou muito bom | 55% | Avaliação em curso pela FCT |
| 5. Aumentar a internacionalização do corpo docente | 10% de alunos estrangeiros | 6% | 17% |
| 6. Aumentar a participação dos alunos do primeiro ciclo em atividades de investigação | 8% dos alunos de primeiro ciclo com bolsas de integração na investigação | 0,4% | 0,4% - Face à redução drástica do Financiamento da FCT, o ISCTE-IUL está a tentar encontrar forma alternativa de aumentar este indicador |
| 7. Promover o sucesso escolar | 80% de alunos com sucesso em todas licenciaturas 70% de alunos de mestrado em regime diurno com dissertações/projetos concluídos nos tempos previstos no momento da sua inscrição efetiva 50% de alunos de mestrado em regime noturno com dissertações/projetos concluídos nos tempos previstos no momento da sua inscrição efetiva | 70% 52% 42% | Licenciaturas e Mestrado Integrado de Arquitetura - 68% Mestrados de continuidade – 46% Mestrados temáticos – 41% |
| 8. Assegurar o acesso em linha aos sumários e fichas de unidades curriculares | 100% das unidades curriculares | 0% | 100% |
| 9. Aumentar o recurso a suportes de e-learning/b-learning | 100% das unidades curriculares | 55% | 90% |
| 10. Desenvolver o apoio Social aos alunos | Criar os serviços de ação social | Utilização dos serviços de Ação Social Univ. Técnica | Criados em 31/01/2011 |
| 11. Monitorização anual da empregabilidade dos alunos das licenciaturas | 100% dos cursos | 100% | Monitorização de 100% dos cursos iniciada com os diplomados de 2010/2011 |
| 12. Desenvolver a tecnoestrutura de apoio à gestão | Concluir o sistema informático de gestão académica (Fénix) Criar um sistema de contabilidade analítica Criar um sistema integrado de gestão financeira Constituir o Instituto para o Desenvolvimento do Ensino das Políticas Públicas Constituir o Centro de Empreendedorismo Constituir o Instituto de Prestação de Serviços | Encontrava-se em implementação apenas no 1º ciclo Existia apenas um sistema de contabilidade geral | Em conclusão atualmente com a migração do 3º ciclo. 1º e 2º ciclos implementados. Sistema SAP implementado com vertente gestão financeira e contabilidade analítica Constituído em 28/03/2011 Constituído em 13/05/2014 Constituído em 25/02/2011 |

| Indicador | Meta (2014) | Início da Fundação | 2014 |
|-----------------------------------|--|----------------------------------|---|
| 13. Modernizar as infraestruturas | Reinstalar e reequipar todas as unidades de investigação | Por realizar | Concluído em 2012 |
| 14. Aumentar as receitas próprias | O nível de captação de receitas próprias e outros fundos (incluindo propinas, fundos para I&D, fundos comunitários e internacionais, financiamentos privados e doações mecenasáticas e filantrópicas), para além do financiamento atribuído diretamente pelo Orçamento do Estado em cada ano, deverá aumentar cerca de 3% por ano, nos próximos cinco anos | 37% ISCTE-IUL 50% Consolidado | A captação de RP e outros fundos, aumentou 15% em média nos últimos 5 anos atingindo 2m 2014 55% ISCTE-IUL e 59% Consolidado. |

V Mudanças Estruturais na Investigação e na Transferência de Conhecimento

De entre as três instituições universitárias que optaram pelo Regime Fundacional, a situação do ISCTE-IUL é, de algum modo, um caso particular, pois a criação da Fundação é coincidente com uma “Refundação” da própria instituição, que passou do estatuto de Escola Superior não Integrada ao de Instituto Universitário, em simultâneo com a mudança de regime jurídico, o que permitiu no ISCTE-IUL a criação de uma estrutura de universidade e não de uma faculdade ou escola.

Efetivamente, as mudanças estatutárias que foi possível realizar não teriam sido concretizadas pela simples aplicação do RJIES. Sem o recurso ao Regime Fundacional e o alargamento da autonomia que lhe estava subjacente, não teria sido possível negociar a integração como unidades orgânicas dos centros de investigação, que funcionavam em regime privado, e também a extinção de um conjunto alargado de entidades de prestação de serviços, juridicamente autónomas, e a sua transformação em instituições participadas pelo ISCTE-IUL.

Em termos qualitativos, este movimento de integração das entidades autónomas de investigação e de prestação de serviços talvez tenha constituído a maior mudança que o Regime Fundacional induziu na estrutura organizacional do ISCTE-IUL.

De facto, apenas a unidade de investigação em Gestão – UNIDE e o Indeg-ISCTE estavam institucionalmente integrados no ISCTE, à data dos novos estatutos decorrentes do RJIES e do Regime Fundacional.

Os oito centros de investigação de direito privado que existiam em 31/12/2009, foram integrados no ISCTE-IUL. As entidades privadas que existiam, ou já encerraram atividade, ou encontram-se em fase de extinção, como se pode ver no anexo. Apenas a assunção de compromissos no âmbito de financiamentos de projetos de investigação impediu a extinção legal de alguns dos centros, que se manterão ativos até à data de conclusão do último compromisso assumido que é maio de 2015.

Por outro lado, os oito centros privados de prestação de serviços constituídos maioritariamente por professores do ISCTE-IUL foram extintos. A IUL Global, Unipessoal Lda, entidade participada detida pelo ISCTE-IUL a 100%, foi criada para agregar a área da prestação de serviços e consultoria no âmbito da extensão universitária do ISCTE-IUL.

A participação do INDEG no UniAudax – Centro de Investigação e Apoio ao Empreendedorismo e Empresas familiares foi transferida para o ISCTE-IUL de modo a ter uma ligação mais direta com esta dimensão da extensão universitária.

O UniAudax adotou como imagem de marca a designação de Audax – Centro de Empreendedorismo do ISCTE-IUL.

No sentido de maximizar a capacidade de intervenção integrada e atingir massa crítica, ainda obviando redundâncias funcionais, foi implementada uma reestruturação do AUDAX-IUL com a formalização de uma área de prestação de serviço e consultoria e transferida progressivamente a atividade da IUL Global para esta área do AUDAX-IUL, assim contribuindo para uma maior eficácia e racionalização da estrutura das entidades participadas. Esta transferência de atividade permitirá extinguir a IUL-Global ainda em 2015. Para assegurar a continuidade de funções, integrou a nova direção do AUDAX-IUL o presidente do conselho de gerentes da IUL Global.

Foi também constituído o IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, entidade participada pelo ISCTE-IUL para a concretização do plano de desenvolvimento das atividades de extensão universitária no domínio da formação para o sector público e o terceiro sector.

Os dados disponibilizados nos Anexos 1, 2 e 3 ilustram bem a profunda mudança orgânica que o ISCTE-IUL sofreu no domínio da investigação e da transferência de conhecimento, neste período de cinco anos. Os resultados positivos que este relatório apresenta estão também relacionados com esta mudança na estrutura orgânica.

Para além de muitos outros parâmetros que não cabe aqui desenvolver, esta integração da investigação e da transferência de conhecimento ou extensão universitária permitiu concretizar o alinhamento estratégico do ensino, da investigação e da transferência de conhecimento, com resultados significativos na produção científica, como é possível constatar nos indicadores que constituem os anexos a este documento.

VI Conclusões e Sugestões de Melhoria para a Revisão do Estatuto das Fundações Universitárias Públicas

No âmbito da autonomia da fundação universitária pública, e no sentido de maior flexibilidade na gestão financeira das universidades, sugerem-se algumas alterações nas regras próprias da administração pública, nomeadamente:

- a) As fundações universitárias públicas deixarem de ser consideradas entidades públicas reclassificadas, sendo retiradas do perímetro orçamental do estado;
- b) Voltar a ser possível a gestão plurianual;
- c) Não aplicação do código dos contratos públicos à aquisição de bens e serviços e empreitadas desde que financiadas por receita própria;
- d) Dispensa da obediência ao princípio da unidade de tesouraria, permitindo fazer aplicações financeiras de acordo com as melhores ofertas do mercado;
- e) Dispensa da obrigatoriedade do princípio do equilíbrio orçamental, o que permite que a despesa num dado ano económico possa ser superior ou inferior à receita cobrada;
- f) Prestação de contas única e exclusivamente com base na contabilidade patrimonial;
- g) Possibilidade de dispor, sem qualquer restrição, dos resultados das suas contas anuais (possibilidade de utilização de saldos).

No âmbito da gestão de pessoal, propõe-se:

- a) Clarificação das regras e princípios da Administração Pública aplicáveis à gestão de pessoal, distanciando-os de procedimentos administrativos morosos que têm como consequência a burocratização da gestão de pessoal, nomeadamente no que ao recrutamento diz respeito;
- b) Flexibilização das regras de contratação de pessoal não docente;
- c) Possibilidade de proceder à contratação em regime de direito privado de pessoal docente sem as restrições do ECDU, nomeadamente em relação à distribuição de serviço letivo, permitindo uma clara diferenciação de perfis;
- d) Possibilidade de premiar o mérito com critérios rigorosos na sequência dos processos de avaliação de desempenho, distinguindo também concursos universais de entrada dos processos de promoção interna por mérito;
- e) Criação de regras e normas que facilitem a contratação, por curtos períodos de tempo, de pessoal docente estrangeiro, sem as teias burocráticas atuais.

Em síntese:

Em ambas as vertentes propõe-se, de uma forma global, uma maior autonomia na gestão universitária assente nos princípios de transparência, prestação de contas e auditoria a posteriori com base nos resultados alcançados.

Os resultados positivos obtidos pelo ISCTE-IUL nestes cinco anos, de que no presente relatório se faz um balanço sumário, levam a reitoria a propor a continuação do ISCTE-IUL no regime fundacional e a exigir ao governo não só a reposição da autonomia entretanto perdida e o cumprimento integral do contrato programa assinado entre o ISCTE-IUL e o governo, como a aperfeiçoar este estatuto tendo em conta as boas práticas de outros países em que o regime fundacional foi implementado em universidades públicas.

VII Anexos

Principais indicadores da atividade durante os cinco anos de período experimental comparados com os dados a 31 de Dezembro de 2009

Anexo 1 Mudanças Estruturais na Investigação e na Transferência de Conhecimento

| Centros de investigação de direito privado | | |
|---|--|----------------------------|
| Situação em 31/12/2009 | Situação em 31/12/2014 | Data do último compromisso |
| DINÂMIA | Em fase de extinção - Sem atividade | Set-14 |
| CET | Atividade encerrada | Dez-10 |
| CEA | Em fase de extinção - Sem atividade | Dez-14 |
| ADDETI | Em fase de extinção - Sem atividade | Dez-14 |
| CIES | Em fase extinção (data prevista maio/15) | Mai-15 |
| CIS | Em fase extinção (data prevista dez/15) | Dez-15 |
| CEHCP | Em fase de extinção - Sem atividade | Dez-14 |
| CEAS | Transformou-se no CRIA (centro interuniversitário) | |

| Centros de investigação de direito privado interuniversitários | |
|---|---|
| 31/12/2009 | 31/12/2014 |
| (Inexistentes) | <ul style="list-style-type: none"> • CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia • Núcleo do IT – Laboratório Associado de Telecomunicações |

| Unidades orgânicas de investigação | |
|---|--|
| 31/12/2009 | 31/12/2014 |
| <ul style="list-style-type: none"> • UNIDE | <ul style="list-style-type: none"> • UNIDE (BRU)-IUL • CIES-IUL • CIS-IUL • CRIA (delegação do ISCTE-IUL) • IT (delegação do ISCTE-IUL) • ISTAR-IUL (substitui a ADDETI) • DINÂMIA/CET-IUL • CEI-IUL (substitui o CEA) |

| Centros privados de prestação de serviços constituídos maioritariamente por professores do ISCTE-IUL | | |
|---|--|----------------------------|
| Situação em 31/12/2009 | Situação em 31/12/2014 | data do ultimo compromisso |
| UNIAUDAX (participada do INDEG) | Participada do ISCTE-IUL | |
| CEMAF | Cessou atividade | Set-08 |
| IN OUT GLOBAL | Cessou atividade | Jun-09 |
| OVERGEST | Cessou atividade | Dez-07 |
| GIESTA | Cessou atividade | Dez-11 |
| GIEM | Cessou atividade | Dez-13 |
| Gest-IN | Cessou atividade | Dez-13 |
| PRO-ACT | Abandonou as instalações do ISCTE-IUL e cessou atividade | |

| Entidades Participadas ou detidas pelo ISCTE-IUL | |
|---|---|
| 31/12/2009 | 31/12/2014 |
| <ul style="list-style-type: none"> • INDEG – ISCTE • INDEG - PROJETOS | <ul style="list-style-type: none"> • INDEG – IUL • INDEG – PROJETOS • IPPS – IUL • AUDAX – IUL • IUL – GLOBAL/BGI • ISUTC (Instituto Universitário de Moçambique, participado pelo INDEG-IUL) |

Anexo 2**Dados Financeiros**

| | 2009 | 2014 | Evolução % |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|
| Receitas gerais - OE | 19.314.537 € | 18.117.461 € | -6,20% |
| Receitas gerais - PIDDAC | 92.500 € | 0 € | -100,00% |
| Receitas Gerais - FCT | 736.570 € | 3.424.446 € | 364,92% |
| Financiamento Uniao europeia | 385.822 € | 2.404.124 € | 523,12% |
| Receitas proprias | 10.045.369 € | 16.457.979 € | 63,84% |
| Total | 30.574.798 € | 40.404.010 € | 32,15% |
| Total - Orçamento Estado | 11.260.261 € | 22.286.549 € | 97,92% |
| Receitas Próprias / Total (ISCTE-IUL) | 37% | 55% | |
| Receitas Próprias / Total (Consolidado) | 50% | 59% | |

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| OE | 19.314.537 € | 21.935.884 € | 19.783.319 € | 14.880.144 € | 18.066.395 € | 18.117.461 € |
| Total Receita (ISCTE-IUL) | 11.260.261 € | 13.896.587 € | 14.944.301 € | 19.251.568 € | 19.984.702 € | 22.251.680 € |
| Total proveitos Consolidados | 38.841.674 € | 43.582.775 € | 43.766.966 € | 42.703.780 € | 43.768.609 € | 44.224.185 € |
| Ratio = Receita (ISCTE-IUL) / Total receita | 37% | 39% | 43% | 56% | 53% | 55% |
| Ratio = Proveitos consolidados (de Receita Própria) / Total proveitos | 50% | 50% | 55% | 65% | 59% | 59% |

Nota: As variações de 2011/2012/2013 refletem os cortes dos salários dos funcionários públicos. Estes cortes diminuíram o financiamento de Estado mas também os custos em salários das próprias universidades. Para além destes cortes de salários, existe uma diminuição real do financiamento do estado ao Ensino Superior bem como o início do pagamento das contribuições para a caixa geral de aposentações.

No entanto, o que importa realçar nesta análise longitudinal é a resiliência da instituição ao conseguir aumentar a receita própria quase em 100%.

Balço ISCTE-IUL

| BALANÇO | Exercício | | % |
|--|---------------------|---------------------|---------------|
| | 2009 | 2014 | |
| Ativo líquido | | | |
| Imobilizado Corpóreo | 67.258.467 € | 80.063.287 € | 19,04% |
| Imobilizado em curso | 0 € | 407.514 € | |
| Investimentos financeiros | 350.000 € | 267.440 € | -23,59% |
| Circulante | 9.508.572 € | 15.077.914 € | 58,57% |
| Existências | 163.831 € | 128.481 € | -21,58% |
| Dividas de Terceiros - curto prazo | 7.224.862 € | 12.342.619 € | 70,84% |
| Disponibilidades | 2.119.879 € | 2.606.813 € | 22,97% |
| Acréscimos e diferimentos | 882.498 € | 2.303.743 € | 161,05% |
| Total | 77.999.537 € | 98.119.898 € | 25,80% |
| Fundos próprios e passivo | | | |
| Fundos Próprios | 37.300.351 € | 50.598.480 € | 35,65% |
| Doações | 24.625 € | 24.625 € | 0,00% |
| Património | 33.064.815 € | 34.932.885 € | 5,65% |
| Resultados Transitados | 2.608.086 € | 15.465.616 € | 492,99% |
| Resultado líquido do exercício | 1.602.824 € | 175.354 € | -89,06% |
| Passivo | 40.699.187 € | 47.521.418 € | 16,76% |
| Provisões p/ riscos e encargos | 245.250 € | 520.396 € | 112,19% |
| Dividas a terceiros - médio /longo prazo | 0 € | 1.379.576 € | - |
| Dividas a terceiros - curto prazo | 213.139 € | 1.151.286 € | 440,16% |
| Acréscimos e diferimentos | 40.240.798 € | 44.470.160 € | 10,51% |
| Total | 77.999.537 € | 98.119.898 € | 25,80% |

Balanço Consolidado

| BALANÇO | Exercício | | % |
|--|---------------------|----------------------|---------------|
| | 2009 | 2014 | |
| Ativo líquido | | | |
| Imobilizado | 70.093.038 € | 86.262.734 € | 23,07% |
| Investimentos financeiros | 100.500 € | 1.608.729 € | 1500,73% |
| Circulante | 17.858.079 € | 20.828.063 € | 16,63% |
| Existências | 163.831 € | 128.481 € | -21,58% |
| Dívidas de Terceiros - Curto prazo | 7.649.512 € | 13.964.406 € | 82,55% |
| Títulos negociáveis | 393.540 € | 101.333 € | -74,25% |
| Disponibilidades | 9.651.196 € | 6.633.842 € | -31,26% |
| Acréscimos e diferimentos | 992.430 € | 1.943.289 € | 95,81% |
| Total Ativo | 89.044.047 € | 110.642.814 € | 24,26% |
| Fundos próprios e passivo | | | |
| Fundos Próprios | 43.302.487 € | 57.208.720 € | 32,11% |
| Património | 35.467.298 € | 37.361.704 € | 5,34% |
| Resultados Transitados | 5.431.745 € | 19.333.085 € | 255,93% |
| Resultado líquido do exercício | 2.403.444 € | 513.931 € | -78,62% |
| Interesses Minoritários | 46.071 € | 13.812 € | -70,02% |
| Passivo | 45.695.489 € | 53.420.282 € | 16,90% |
| Provisões p/ riscos e encargos | 245.250 € | 520.396 € | 112,19% |
| Dívidas a terceiros - médio /longo prazo | 0 € | 3.002.908 € | - |
| Dívidas a terceiros - curto prazo | 727.720 € | 1.650.159 € | 126,76% |
| Acréscimos e diferimentos | 44.722.519 € | 48.246.819 € | 7,88% |
| Total Fundos próprios e passivo | 89.044.047 € | 110.642.814 € | 24,26% |

Nota 1: As dívidas de terceiros dizem respeito ao valor estimado de propinas para todo o ano uma vez que o sistema SAP emite todas as faturas logo no ato da matrícula.

Nota 2: As dívidas a terceiros – curto prazo e médio/longo prazo, dizem respeito ao valor em dívida à ESTAMO, relativo a aquisição da parcela de terreno onde está instalado o IMTT, que, como foi atrás referido estarão totalmente liquidadas no final de 2015.

Anexo 3

Indicadores Gerais

| Indicador | Plano estratégico criação da Fundação | 2014 |
|---|--|-----------|
| Total de cursos | 109 | 127 |
| Licenciaturas (criação da licenciatura em Serviço Social) | 15 | 16 |
| Mestrados (Inclui Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA)) | 51 | 50 |
| Pós Graduações e Especializações (cursos não conferentes de grau) | 26 | 39 |
| Programas Doutorais | 17 | 22 |
| Total de estudantes | 6980 | 8944 |
| Estudantes de 1.º ciclo | 3906 | 4275 |
| Estudantes de Mestrado | 1490 | 3489 |
| Estudantes de Pós-Graduações | 1016 | 577 |
| Estudantes de Doutoramento | 568 | 603 |
| Percentagem de alunos em formação pós-graduada | 44% | 52% |
| Percentagem de estudantes estrangeiros | 6% | 17% |
| Número de cursos em inglês oferecidos | 2 | 18 |
| Número de cursos oferecidos em duplo grau | 4 | 26 |
| Taxa de ocupação do ISCTE-IUL (inscritos pela 1ª vez no 1º ciclo através do Regime Geral de Acesso/ número de vagas) | 121% | 107% |
| Índice de Satisfação da Procura (Índice de Força) (candidatos em 1ª opção/número de vagas) | 152% | 150% |
| Número de candidatos/vaga (1ª Fase do Concurso Nacional de Acesso) | 8191/1040 | 8238/1122 |
| Cursos Acreditados pela A3ES | 0 | 83 |
| Revistas Científicas | 8 | 9 |
| Publicações Científicas indexadas no Scopus | 1404 | |
| Total de Docentes (dezembro) | 420 | 455 |
| Total de docentes ETI | 363 | 364 |
| Docentes doutorados | 270 | 363 |
| Investigadores afetos a I&D a 100% (dezembro) | 366 | 368 |
| Funcionários não docentes (dezembro) | 170 | 226 |

| Património antes da Fundação | |
|------------------------------|--|
| Edifícios ISCTE-IUL | A passagem ao regime fundacional permitiu registar todos os edifícios em nome do ISCTE-IUL |
| Edifício INDEG | O edifício do INDEG-IUL que se mantinha numa total indefinição de propriedade pôde ser registado em nome do ISCTE-IUL |
| IMTT | Devido ao estatuto fundacional foi possível a aquisição do edifício do IMTT na Avenida das Forças Armadas com receita própria no valor de milhões de Euros |

| Património adquirido | | |
|----------------------|---|---|
| IMTT | Valor Total Inicial - 10,2 M€ | Capital 10M€+juros estimados 1M€ |
| | Valor efetivamente pago – 9,8 M€ | Liquidação total de juros e capital a 31/12/2015 |
| | Custo efetivo para o ISCTE-IUL – 7,5M€ | Valor pago menos as rendas recebidas até 31/12/2015 |
| | Valor Patrimonial nas finanças – 7,7 M€ | Caderneta predial |

| Avaliações/Acreditações | Situação atual (2014) |
|-------------------------|--|
| AACSB | Em curso |
| EQUIS | Em curso |
| AMBA | Executive MBA acreditado por cinco anos |
| EURO-ACE | Acreditados todos os cursos submetidos - Licenciaturas e Mestrados em Engenharia |
| EUA | Resultado da Avaliação: “The team has found that ISCTE-IUL is a well-recognised higher education institution of good reputation in the country. It is marked by a strong, strategically thinking leadership, a highly motivated staff, committed students and very supportive stakeholders. ISCTE-IUL has established an excellent basis for meeting actual and future challenges and opportunities in higher education.” |
| A3ES | Obtida a certificação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade sem condições pelo prazo de 6 anos (o máximo possível) |
| ISO 9001 | Certificação obtida em 2009 e cujo âmbito tem vindo a ser sucessivamente alargado passando em 2014 a abranger também o ensino e a investigação com sucesso |

| Intervenções Infraestruturas Físicas e Técnicas | 2009 a 2014 |
|--|--|
| Número de anfiteatros reabilitados/reconstruídos | 4 |
| Número de lugares de anfiteatro criados | 564 |
| Número de laboratórios reabilitados/reconstruídos | 3 |
| Número de lugares criados nos laboratórios | 61 |
| Número de lugares construídos nas Cantinas | 115 |
| Número de lugares de estudo criados | 255 |
| Número de lugares em residência universitária | 80 |
| Substituição da rede wifi | O ISCTE-IUL foi a primeira universidade na Europa com rede Wi-Fi na norma 802.11ac e a 4ª no mundo |
| Sistema de captação de aulas RECAD-AV (Captação automática de som e imagem de aulas) | Em implementação |

| Cursos conjuntos ou duplos graus e outros programas | |
|--|--|
| Universidade Federal de Campinas – Brasil | Bachelor in History |
| Caucasus University – Georgia (under AMBA accreditation process) | Bachelor in Management |
| École Pratique des Hautes Etudes (Lille) - França | Master in Consortium Europeen en Histoire Politique et Culturelle de L'Europe Medievale, Moderne et Contemporaine |
| Florida International Univ. – USA (AACBS accredited) | Double Degrees MSc in Business Administration and MSc in Management |
| France Business School, Clermont – France (AACBS accredited) | Double Degrees Master in International Management and MSc in Finance |
| France Business School, Poitiers – France (AACSB accredited) | Double Degree Master in International Management |
| Fundação Getúlio Vargas - Brasil | Mestrado de Gestão Internacional da FGV – parte das Unidades Curriculares são leccionadas pelo INDEG-IUL |
| Governo da China | Reconhecimento dos cursos de DBA oferecidos pelo ISCTE-IUL na China: Total de DBAs de universidades estrangeiras reconhecidos -6 dos quais 2 do ISCTE-IUL |
| Indian Institute of Technology Gandhinagar - India | Associação entre Mestrado em Ciências Cognitivas do IITGN e o Mestrado em Ciências da Complexidade do ISCTE-IUL. |
| KEDGE Business School – France (AACSB, EQUIS, AMBA accredited) | Double degrees Bachelor in Management, Master in International Management, MSc in Business Administration, Msc in Marketing, MSc in Finance, MSc in Management |
| Makerere University - Uganda | MFamily – Erasmus Mundus European Master in Social Work with Families and Children |
| MIRBIS – Russia (AMBA, EPAS accredited) | Double Degrees Bachelor in Management, Master in International Management and Msc in Marketing |
| MIT - USA | ISCTE-IUL MIT Portugal Venture Competititon |
| Nottingham Trent University – UK (EPAS accredited, under AACSB accreditation process) | Double Degree Master in International Management |
| Pforzheim University, Business School – Germany (AACSB accredited) | Double Degrees Bachelor in Management, Bachelor in Marketing Management and Master in International Management |
| Rosen College, University of Central Florida – USA (AACSB accredited) | Double Degree MSc in Hospitality and Tourism Management |
| Universidad de Pablo Olavide - Espanha | Master in Consortium Europeen en Histoire Politique et Culturelle de L'Europe Medievale, Moderne et Contemporaine |
| Università degli Studi di Pisa - Itália | Master in Consortium Europeen en Histoire Politique et Culturelle de L'Europe Medievale, Moderne et Contemporaine |

Cursos conjuntos ou duplos graus e outros programas (continuação)

| | |
|--|---|
| Universitas Gadjah Mada – Indonesia (AACBS accredited) | Double Degrees Master in International Management, MSc in Business Administration, Msc in Marketing, MSc in Finance and MSc in Human Resources Management |
| University of Athens | Master in Consortium Europeen en Histoire Politique et Culturelle de L’Europe Medievale, Moderne et Contemporaine |
| University of Delaware – USA (AACSB accredited) | PhD Double Degree in Finance and Economics |
| University of Gothenburg - Suécia | MFamily – Erasmus Mundus European Master in Social Work with Families and Children |
| University of Ljubljana, Faculty of Economics – Slovenia (AACSB, EQUIS accredited) | Double Degree Master in International Management |
| University of Massachussets | UMass Study abroad (única universidade em Portugal a acolher este programa) |
| University of Stavanger - Noruega | MFamily – Erasmus Mundus European Master in Social Work with Families and Children |
| Warsaw University – Poland (AMBA accredited) | Double Degree MSc in Economics |